

Sentir as palavras, criar trincheiras: mulheres em defesa da *Red de la Vida*

LUIZA DIAS FLORES

DAMLIANA BREGALDA JAENISCH¹

Quando recebemos o convite à escrita, que se propunha de início ser um manifesto, uma ferramenta política da relação entre Feminismo e Ecologia, fomos tomadas, primeiro, pela alegria da ideia, depois, pela interrogação – o que teríamos nós a falar? Após a interrogação, veio a obrigação. Não porque algo externo nos force a escrever. Mas um obrigar-se a isso como um dever de ocupar espaços em tempos de tantos ataques e tentativas de silenciamento, e buscar, na medida do possível, manifestar o que possa nascer das bordas dos termos Ecologia e Feminismo. Não temos novidades a contar, difícil dizê-las em um tempo em que muito se fala, mas talvez possamos dizer o velho na esperança de que a repetição o faça diferente.

Antes de tudo é preciso acordar os termos. Não conceitualizamos Ecologia como ‘natureza’, em uma clássica concepção de hierarquização dos seres, oriunda da separação traçada pela Ciência ocidental entre sujeito, aquele que conhece, e objeto, os ‘fatos’ a serem conhecidos. Isso nos afasta da possível, e talvez provável, atribuição biologizante ou ‘essencialista’ que remeteria mulher à natureza, ao bom gosto das estruturas patriarcais brancas ocidentais. Ao contrário, entendemos ecologia como a ciência das condições de existência da vida.

A junção Ecologia e Feminismo, portanto, nos remete às condições de existência da vida das mulheres, sobretudo, pensadas ‘em presença’ de uma porção de outros com as quais cada uma, em suas singularidades, tece relações e constitui mundos, sejam humanos ou não-humanos, o que Lorena

¹ Juntas criamos, em 2017, a Coletiva Corpo-Terra, que a partir da proposição da “Oficinação feminista: território-corpo, território-terra” e outras ações vem ensaiando seus primeiros passos, experimentando e construindo seu corpo e modo de agir no mundo.

Cabnal (Korol 2017: 301) chama de “Red de la Vida”². Falar em Ecologia e Feminismo, para nós é, sobretudo, falar em um projeto de emancipação dos territórios-corpo e dos territórios-terra, com os quais os primeiros se constituem e vice-versa. É defender a gerência autônoma da vida das mulheres, em suas muitas variações e diferenças - das quais não temos a intenção aqui de representar, muito menos de totalizar.

Nos perguntamos como construir trincheiras em tempos de necropolítica³. Quatorze dos vinte e cinco países com maiores taxas de feminicídio estão na América Latina e no Caribe⁴. A política do terror contra mulheres nos ronda e perfura nossos corpos e nossos afetos. Não há dia que passe sem que o grito de desespero de uma mulher negra, cujo filho foi assassinado pela polícia, nos atravesse. Sem que o choro brutalmente calado de tantas travestis e transexuais assassinadas nas ruas das grandes cidades nos angustie. Sem que o medo da prisão e da represália moral daquelas que abortam clandestinamente derive em mortes nas camas de hospitais - quando conseguem ali chegar. Sem que o protagonismo de mulheres negras, indígenas, camponesas, trabalhadoras nos tantos rincões dessa América Pindorama Abya Yala⁵ seja calado por bala, tortura ou outra forma qualquer de apagamento social. Gritamos a presença de Marielle, hoje e sempre, assim como de tantas outras que ousaram desafiar o necropoder com seus sonhos, seus corpos, suas vidas.

O Estado se apresenta como agente regulador que concede ao capital os licenciamentos ambientais dos territórios-terra para usufruir dos recursos naturais e da vida de outros seres sem seus consentimentos e em nome do lucro. Da mesma forma, se investe do direito de fornecer licenciamento dos nossos territórios-corpo em uma política de permissão que não decide em nossa presença. Os corpos e as relações que os constituem tornam-se palcos da necropolítica e das urgências do capital e do colonialismo. Primeiro, pela bala. Em pesquisa realizada em 2015, o Brasil ocupava o quinto lugar entre

2 Conforme relata Lorena Cabnal, feminista comunitária maya-xinka, à Claudia Korol, militante feminista argentina: “Me decía una abuela Kuna, porque yo le pedía que me cuente algo más de Abya Yala, y me decía ‘*cuando vas a ver un arbolito que está muy apagado, que ya no quiere crecer, cuando estás lunando, estás con la regla, te vas a parar a la par del arbolito, vas a abrir las piernas y vas a lavar tu sangre. Tu sangre va a caer a la tierra, el arbolito y sus raíces van a chupar tu sangre y vas a dar vida, y sigue la vida. Así es la Red de la Vida*’. Ése es un principio de reciprocidad en la Red de la Vida”. Mais adiante, Cabnal nos diz (2017: 306): “En la Red de la Vida se concibe la pluralidad como un principio. Tudo es plural, por lo tanto no hay dos cuerpos iguales, no hay dos flores, no hay dos ríos, no hay dos piedras iguales; todo es plural. En ningún idioma originário existe asignación genérica de los cuerpos. Ése es un eco ancestral de la Red de la Vida que fue rota. Esa Red de la Vida donde están los cuerpos, junto con la luna y las fases lunares, el sol, ha sido rota por muchas razones”.

3 O conceito de Achille Mbembe (2018) implica uma forma de atuação que distribui de modo excludente e desigual os recursos políticos e econômicos, exercendo o poder de vetar certas condições de vida e, por isso mesmo, o poder decisório sobre a exposição à morte de grupos deixados a margem.

4 Ver em ONU Mulheres: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-mulheres-busca-unir-forcas-de-todos-os-setores-para-o-fim-dos-femicidios-na-america-latina-e-caribe/>

5 Trata-se de um jogo de palavras a partir de três atribuições diferentes a isso que se convencionou a chamar América Latina. América foi proposto por Lélia Gonzalez (1988) e consiste na designação de um território construído também por negras e negros da forçada e brutal diáspora africana. Pindorama (terra das palmeiras) é o modo como os povos tupi-guaranis designavam seu território. Abya Yala, termo amplamente utilizados por diversas feministas descoloniais, é o nome em língua Kuna (habitante de regiões correspondentes ao Panamá e a Colômbia) do continente posteriormente nominado pelos europeus de América. Significa “terra em pleno amadurecimento” ou “terra de sangue vital”.

83 países em relação a homicídios femininos⁶. Se houve um pequeno decréscimo nos homicídios de mulheres brancas, houve um aumento de 54% de homicídios de mulheres negras⁷. E é o país do mundo que mais mata travestis e transexuais⁸ – lembremos aqui de Dandara dos Santos, assassinada nas ruas de Fortaleza (CE). E se o homicídio não atinge diretamente mulheres, as atinge quando matam seus filhos⁹. Dentre tantos casos, o recente de Bruna da Silva que enterrou seu filho de 14 anos, Marcus Vinícius, assassinado pela polícia militar enquanto dirigia-se à escola no Complexo da Maré (RJ).

Segundo, pela Lei e pelas políticas de Estado. De acordo com dados do Ministério da Saúde, cerca de quatro mulheres morrem por dia devido a complicações de abortos clandestinos – um número subestimado. Morrem não pelo aborto em si, mas por sua criminalização. O Estado condena à prisão ou à morte mulheres por abortarem, mas não concede qualquer tipo de assistência àquelas que decidem parir e não possuem as condições financeiras necessárias. Sem contar as pressões sociais e morais que pesam sobre as mulheres em relação à maternidade – da sobrecarga de trabalho que isso implica nas sociedades capitalistas às acusações de que não podem ou conseguem sustentar seus filhos. E mesmo as que resolvem assumir esse papel podem, a qualquer momento, ser acusadas de negligência e mandadas à prisão, a exemplo de Tatiane da Silva Santos (RS), presa por “negligência” por ter deixado seu bebê, enquanto trabalhava para sustentar a si e aos quatro filhos, aos cuidados do pai da criança que a estuprou e matou¹⁰.

A quem cabe a decisão de quando uma mulher deve ou não reproduzir? Que poder é esse de intervir em corpos alheios sem seu consentimento, como aconteceu no recente caso de esterilização coercitiva realizada em Janaína Aparecida Quirino (SP)¹¹? Neste ano de 2018 o Ministério Público do Estado, em parceria com a Bayer – empresa farmacêutica que recentemente comprou a Monsanto – com a Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, o Hospital Materno-Infantil Presidente Vargas e o Hospital de Clínicas de Porto Alegre, assinou um termo de cooperação para a aplicação do método contraceptivo SIU-LING¹² em 100 meninas adolescentes que estão sob a tutela do Estado, em abrigos públicos municipais, mesmo não tendo a segurança e eficácia asseguradas e superiores a outros métodos já disponíveis no SUS, como registrou a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologia para o SUS (CONITEC)¹³. Se não atuam nos corpos pelo “controle de natalidade”, é pela precarização dos

6 Mais informações ver em: https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf

7 Mais informações ver em: http://actionaid.org.br/wp-content/files_mf/1499785232Relatorio_sintese_v2_23jun.pdf

8 Em 94% dos casos, as vítimas são mulheres, e 80% dos assassinatos são cometidos contra pessoas negras. Mais informações ver em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/taxa-de-homicidios-de-transexuais-e-travestis-e-a-maior-em-dez-anos>

9 Mais informações ver em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/22/politica/1529618951_552574.html

10 Mais informações ver em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/10/24/barbarie-veste-toga-misoginia-e-racismo-no-tribunal-do-juri>

11 Mais informações ver em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/oscarvilhenavieira/2018/06/justica-ainda-que-tardia.shtml>

12 Sistema Intra Uterino Liberador de Levonorgestrel 20 mcg – SIU-LNG.

13 Mais informações ver em: <https://www.abaixoassinado.org/abaixoassinados/42170#inicio> e <https://jornalggm.com.br/noticia/bayer-e-mp-rs-oferecem-para-adolescentes-de-abrigos-contraceptivo-reprovado-pelo-sus>

serviços de saúde. Dos muitos casos de violência obstétrica¹⁴, à recente situação ocorrida em Pelotas (RS) que se encontra em fase de averiguação: exames de diagnóstico de câncer de colo do útero foram realizados por amostragem, o que teria aumentado consideravelmente a chegada de mulheres nos hospitais da cidade já em níveis avançados de metástase¹⁵.

A necropolítica mata também pela insegurança alimentar. Segundo dados do PNAD de 2013, são as mulheres, principalmente as negras, as mais afetadas pela insegurança alimentar, direta ou indiretamente relacionada à expropriação de terras em benefício dos grandes empreendimentos capitalistas. Dados que devem crescer com a possível reinserção do Brasil no Mapa da Fome elaborado pela ONU¹⁶. Isso sem questionar a qualidade dos alimentos que chegam à mesa, visto que somos um dos países que mais utiliza agrotóxicos – lembramos, inclusive, a recente aprovação na Câmara da PL do Veneno¹⁷! Não apenas no que consiste a ingestão de alimentos envenenados, é notável também as consequências nefastas que o uso de agrotóxicos produz nos corpos das trabalhadoras e trabalhadores rurais. Tanto na incidência de câncer, quanto nos riscos de infertilidade – uma política que seleciona, ainda que implicitamente, quem poderá ou não se reproduzir. Sem falar no apagamento de memórias coletivas de modos de cultivo e guardiania da biodiversidade. Não faltam exemplos que nos lembram do protagonismo de mulheres na salvaguarda de sementes criolas, cultivares e sua luta contra os transgênicos, como no caso das mulheres de diferentes etnias indígenas do Rio Negro que desenvolvem uma extensa rede de troca num sistema agrícola que possibilita a manutenção de centenas de espécies¹⁸.

A política de extermínio funciona disfarçada de “desenvolvimento” para poder ter maior eficácia. Lideranças indígenas, quilombolas e camponesas que lutam pela demarcação e acesso à terra, que resistem à invasão do agronegócio, à instalação de hidrelétricas e outros projetos desenvolvimentistas são perseguidas e assassinadas. Enquanto isso, o projeto de poder sustenta o avanço de transgênicos, inclusive em Terras Indígenas, e transforma a diversidade de diferentes biomas (e povos) em terra de uma espécie só para a riqueza de alguns poucos. Lembramos aqui o caso de perseguição e ameaças às lideranças Guarani Elizete e Eunice Antunes, suas famílias e toda a comunidade da Terra Indígena Morro dos Cavalos (SC), que aguarda a homologação de seu território. Referenciamos também a Berta Cáceres, liderança indígena feminista de Honduras, assassinada por lutar contra os megaprojetos que minavam os rios e florestas em seu país. Estamos em guerra e estamos morrendo¹⁹.

14 Para mais informações, ver em: <https://www.artemis.org.br/violencia-obstetrica>

15 Mais informações, ver em: <https://jornalgn.com.br/noticia/as-denuncias-de-fraudes-em-exames-pre-cancer-em-pelotas-rs>

16 Ver dados apresentados pelo grupo de trabalho da sociedade civil para a agenda de 2030 da ONU, em: http://actionaid.org.br/wp-content/files_mf/1499785232Relatorio_sintese_v2_23jun.pdf

17 Mais informações, ver em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/06/opinion/1530877709_484199.html

18 Em 2010 o Sistema Agrícola do rio Negro foi reconhecido como patrimônio cultural do Brasil. Mais informações em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/75>.

19 Ou sendo ameaçadas, como no recente caso da antropóloga Débora Diniz. Mais informações, ver em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2018/07/25/ameacada-de-morte-antropologa-debora-diniz-sera-incluida-em-programa-de-protecao/>

Mas se desenhemos aqui um terreno por onde não tem sido fácil caminhar e viver não é para que isso nos tire força, antes pelo contrário. É preciso encarar de frente, assumir que nossos corpos são territórios de disputa e de resistência e que neles reside a força que permite nos conectar à luta de outros territórios-corpo, territórios-terra. Nós escrevemos porque queremos fazer das palavras material para a criação de trincheiras, instrumento que investigue outros possíveis. Escrevemos porque acreditamos na imensa força de resistência de mulheres que não se deixam capturar pela morte. Escrevemos porque em meio à devastação há a certeza de que não estamos sós. Não porque temos uma pauta única e comum a reivindicar – somos muitas e muito diferentes e qualquer tentativa de unificação seria um fracasso. A Red de la Vida é plural e nós também somos. Vivenciamos de diferentes formas as opressões que se interseccionam, sem deixar de perceber e nos sensibilizar com as investidas do poder sobre outros corpos.

Se não somos iguais e nem pretendemos ser, estamos cada qual a seu modo, a seu tempo e lugar em defesa da vida, como nos lembram as mulheres zapatistas²⁰. Dessa forma, intensificam-se os encontros e manifestações nas ruas e estradas desses brasis e dessa América Pindorama Abya Yala. Formam-se verdadeiros covis de bruxas que confabulam, compartilham diferentes receitas emancipatórias e clamam modos de garantir a autonomia sobre os territórios-corpo e os territórios-terra. Esses encontros não são recentes, as que vieram antes de nós já os faziam e nos deixaram um imenso legado. Reativamos a memória ancestral daquelas que resistiram e nos possibilitaram a vida, nas suas muitas formas e modos de existência. Que se apresentem como uma insistência à nós, protagonistas da nossa emancipação, e àqueles que pensam ter o poder de emitir licenciamentos sobre nossos territórios-corpo e territórios-terra. Afirmamos, ao contrário do que eles desejam, que nós continuamos a existir. Mesmo tomadas pela dor, cerramos os punhos contra o necropoder.

O uso das palavras, apesar de sua insuficiência, surge a nós como escudo e arma – juntamos nossas vozes a outras e dizemos em coro SIM À VIDA, SIM À VIDA DAS MULHERES! Lorena Cabnal, feminista comunitária Maya-Xinka, nos ensina que para descolonizar as ideias, é preciso “sentir as palavras” e não operacionalizá-las em um jogo argumentativo que a colonialidade impõe como a verdadeira forma de chegar à verdade – e a redundância aqui é proposital. Yashodhan, líder espiritual da Comunidade feminina *kilombola* espiritual Morada da Paz nos diz que é possível abrir mão da centralidade da mente, com seus modelos estabelecidos, e se propor a “conhecer com o arrepio”, com e através das muitas entidades que compõem o cosmos. “Nada se aprende sem vivenciar na prática e sem sentir dentro de si”, nos lembram ainda as conhecedoras e conhecedores Guarani (2013). Em outro canto do mundo, Starhawk, ecofeminista e bruxa neo-pagã, nos diz que a religião da Deusa não procede por adesão, mas por sentir. É preciso sentir a Deusa, que é a interconexão de todas as vidas, a “Red de la Vida” de que nos fala Cabnal.

Convidamos aquelas e aqueles que nos leem que não o façam apenas sob os juízos da argumentação abstrata. Não porque seríamos incapazes de fazê-la, como a lógica patriarcal e colonial do ocidente continuamente apregoa – relembremos aqui a clássica dualidade razão e emoção e sua absurda equiva-

20 Essas palavras foram proferidas em discurso pela Insurgente Erika na abertura do primeiro encontro internacional de mulheres que ocorreu em território zapatista, em Chiapas. Para todo o discurso, ver em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2018/03/08/palabras-a-nombre-de-las-mujeres-zapatistas-al-inicio-del-primer-encuentro-internacional-politico-artistico-deportivo-y-cultural-de-mujeres-que-luchan/>

lência de gênero que ainda pesa sobre nós. Mas porque queremos operar em outro regime de verdade e produzir com as palavras outro efeito que não o convencimento. Não desejamos uma adesão às nossas ideias, mas que *sintam* em nossas palavras a constatação de uma urgência que nos convoca e nos obriga, onde quer que estejamos e independente das ferramentas que temos, à ação. Precisamos somar nas trincheiras ou erguer novas, fazendo da “criatividade a nossa força de luta”, tal como nos dizem as ativistas do coletivo anarquista Mujeres Creando.

Luiza Dias Flores é doutoranda em Antropologia no Museu Nacional/UFRJ.

Damiana Bregalda é antropóloga pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutora em Artes pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- KOROL, CLÁUDIA. 2017 “Feminismo Comunitário Iximulew”. In: *Diálogo de Saberes y Pedagogia Feminista*. Buenos Aires: Ediciones América Libre.
- LÉLIA GONZALEZ. 1988. “A categoria político-cultural da Amefricanidade”. *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 92/93.
- MBEMBE, ACHILE. 2018. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições.
- PESQUISADORES GUARANI. 2013. *Xondaro Mbaraete: a força do xondaro*. São Paulo: CTI / IPHAN / CGY.
- STARHAWK. 1988. *Dreaming the Dark: magic, sex and politics*. Boston: Beacon Press.

RECEBIDO: 21/11/2018

APROVADO: 22/11/2018